

# Calmon quer rever os

AZILIENSE

NACIONAL

## *gastos com educação*

IVALDO CAVALCANTI

Chamar a atenção de toda a sociedade para a urgência de uma avaliação permanente de todos os gastos com educação. Este foi um dos principais tópicos da conferência proferida pelo senador João Calmon (PMDB/ES), histórico lutador da causa da educação brasileira, ontem à tarde no Ministério da Educação. Ansioso em recuperar o tempo perdido durante esta "batalha" e, sobretudo, alarmado com as estatísticas relativas ao analfabetismo, Calmon fez um apelo — ou como definiu, "uma dramática conclamação" — a todos os brasileiros, pedindo mudanças.

"Congreguemos todos os nossos esforços, quase na virada do milênio, para salvar a nossa Pátria da mais dramática crise de sua história", assinalou, encerrando seu discurso. Na opinião de Calmon, apenas desta forma, o problema social também poderá ser sanado. Para ele, o engajamento total e irrestrito nesta questão representa "uma esperança neste primeiro ano da década de 90, que encerrará este século", uma forma de concretizar os tão sonhados anos dourados da educação.

Na verdade, uma das maiores preocupações — e receios — de Calmon está em saber se realmente os recursos destinados a emenda educacional por ele elaborada, e que leva seu nome, alcançam o objetivo. "Necessita-

mos saber não apenas se os recursos da Emenda Calmon estão sendo efetivamente aplicados, mas também se estão sendo bem aplicados. Esse processo de avaliação deve ser permanente, abrangendo também a qualidade do ensino", explica.

O senador destaca não haver como minimizar a importância desta meta, "ainda mais no momento que atravessamos". E frisa que a análise, "profunda e completa", deve ser efetuada antes mesmo da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases, estipulada pela Constituição e que já conta com inúmeras propostas em tramitação. "A Lei de Diretrizes e Bases norteará a educação brasileira por, esperamos, num período longo de tempo. Não se pode traçar essa nova linha de ação sem um diagnóstico da situação", assinala.

Calmon comentou ter conseguido que o Orçamento da União para este ano incluísse a destinação de verba para os trabalhos de avaliação. Recomendou-se apenas que os levantamentos fossem conduzidos por instituições externas ao sistema. Inédita no Brasil, esta prática, conforme o senador, é bem utilizada no exterior.

Segundo ele, nos Estados Unidos, por exemplo, foi criada, logo no início do governo de Ronald Reagan, uma comissão de alto nível, exclusivamente para um

estudo da qualidade do ensino. "Os resultados foram tão chocantes que mereceram a publicação, logo após o encerramento dos trabalhos em 1983, em um volume intitulado *A Nation at Risk* (Uma Nação em Perigo), recorda-se, frisando que a edição motivou um enorme esforço para incrementar a educação norte-americana.

O exemplo, porém, não se restringe aos Estados Unidos. Também a União Soviética, ressaltou Calmon, nutre uma preocupação toda especial quanto à situação de ensino. "Em seu livro *Perestroika*, o presidente soviético Mikhail Gorbachev anuncia com todas as letras o fechamento de universidades reconhecidamente ineficientes", salientou o senador capixaba. Estas duas iniciativas, admite, transmitiram a inspiração a Calmon para sugerir uma avaliação global também no Brasil.

O projeto foi colocado em prática em outubro de 1988, quando indicado para compor a Comissão Mista do Orçamento. A proposta recebeu parecer positivo e, em dezembro daquele mesmo ano, a verba para os levantamentos acabou incluída no orçamento pela comissão. Mais ou menos na mesma época, Estados Unidos e Japão firmavam um acordo para análise mútua do desempenho de seus sistemas de ensino.